



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 7 • nº 2 • 06 a 19/03/10 • ISSN1809-6182

Análises

09/03/2010 - A Grécia e o temor de uma crise no europ.01

Déficits orçamentários insustentáveis e contas públicas desequilibradas são realidades presentes em algumas economias européias. Tal situação conduz ao temor de que alguns países como Grécia, Portugal, Itália, Irlanda e Espanha tenham dificuldades em honrar seus compromissos, abalando a estabilidade da zona do euro.

09/03/2010 - COP-15 e a tentativa de conter os impactos climáticosp.04

A fim de amenizar os impactos climáticos, na Conferência de Copenhague buscou-se discutir propostas para conter as agressões ambientais. Reunindo mais de 190 países, no final de 2009 o tema foi colocado em pauta, porém sem que se alcançasse um consenso final.

09/03/2010 - O processo e as adversidades da internacionalização de empresasp.07

O processo de internacionalização de empresas é um processo antigo que se destaca frente as consequências advindas da globalização. A internacionalização de empresas, embora comum e contínua na trajetória de grandes companhias, enfrenta barreiras no desenrolar do desenvolvimento do seu processo que podem ser exemplificadas pelas diferenças culturais presentes entre países.

A Grécia e o temor de uma crise do euro

Análise
Economia & Comércio
Daniel Peluso Rodrigues da Silva
9 de Março de 2010

Déficits orçamentários insustentáveis e contas públicas desequilibradas são realidades presentes em algumas economias europeias. Tal situação conduz ao temor de que alguns países como Grécia, Portugal, Itália, Irlanda e Espanha tenham dificuldades em honrar seus compromissos, abalando a estabilidade da zona do euro.

Piigs (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) em uma alusão a palavra *pig* do inglês (que significa porco), é o nome concedido aos países que lançaram mão nos últimos anos de políticas econômicas “suja” (alto endividamento público, desequilíbrio do balanço de pagamentos), e que tem ameaçado o euro e a estabilidade econômica da União Europeia, com suspeitas de calotes e incapacidade para honrar seus compromissos.

A Grécia tem sido acusada de manter uma dívida em relação ao PIB de 112,6%, em valores que ultrapassam os 290 bilhões de euros. O raciocínio é simples: gastar mais do que receber, logicamente gera problemas nas receitas. Alguns economistas têm acusado a Grécia de ter feito a sua participação na zona do euro como uma espécie de “cartão de crédito”, ou seja, gastaram acima daquilo que podiam pagar.

Dívida pública é a dívida contraída pelo governo com entidades ou pessoas da sociedade, com objetivos específicos de: 1) financiar uma parte de seus gastos que não são cobertos pela arrecadação de impostos; 2) alcançar alguns objetivos ou metas estabelecidas na política econômica, como estímulo ao crédito e ao consumo interno. (DIEESE, 2006)

Sendo assim, a dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se for administrada de maneira correta, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento e o crescimento econômico, sendo um importante instrumento para o governo financiar seus gastos bem como seus investimentos. Por outro lado, quando a dívida pública é utilizada de forma descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimento do governo. (GONZALEZ, 2007)

Nesta perspectiva, houve uma falha na administração da dívida pública do governo da Grécia, no qual o gigantesco déficit grego aumentou os temores de um calote, gerando uma onda de especulação contra a moeda comum europeia, levantando também suspeitas em outros países com situação financeira similar a da Grécia, como Portugal, Itália, Irlanda e Espanha.

Um dos mais importantes economistas da ONU, Heiner Flassbeck, afirma que é necessário que os países da zona do euro tenham ampla coordenação política e econômica. Segundo ele, o aumento de salários em todos os países membros da União Europeia deveria ser coordenado e

estabelecido por um parâmetro alvo de inflação definido pelas autoridades monetárias europeia. Já que a taxa de câmbio na zona do euro é fixa¹, Flassbeck monta seu argumento no sentido de que um país não poderá aumentar sua competitividade através da desvalorização cambial. Diante disso, há uma forte relação entre o custo unitário da mão-de-obra e a inflação, onde a zona comum exigiria que o crescimento real de salários seguisse estritamente os progressos de produtividade.

A Alemanha é um bom exemplo ilustrativo. Ao entrar na zona do euro, os alemães preocuparam-se em realizar ajustes estruturais na sua economia, conseguindo estabilizar sua fatia global de mercado através da produtividade de seus trabalhadores. Na última década, os alemães conseguiram acumular um considerável superávit em sua conta corrente (suas exportações cresceram) e abandonaram o déficit externo. Aliado a este ajuste, a conjuntura econômica de desemprego (uma parte devido à crise econômica financeira mundial de Setembro de 2008) foi responsável por uma queda considerável da demanda interna, justificando baixos salários para os trabalhadores alemães, o que conseqüentemente aumentou a competitividade dos produtos alemães no mercado externo.

Ao contrário da Alemanha, os países *Piigs* ao entrarem para a zona do mercado comum europeu de fato conseguiram um crescimento econômico considerável, porém fracassaram ao implementar reformas estruturais. No caso destes países, a demanda interna robusta e o crescimento econômico estimulado principalmente pelo consumo interno limitaram a capacidade de ampliação de

competir externamente, ou seja, de incentivos às exportações de produtos, bens e serviços que pudessem competir com os principais concorrentes externos. No caso da Grécia, a perda de competitividade fez com que as exportações caíssem, porém a demanda interna era alta, o que gerou uma pressão por melhores salários. Dado que a produtividade grega não acompanhou esta subida salarial, foi preciso buscar recursos para financiar este *boom* de demanda. Em outros termos: antes de entrar para a zona do euro, a Grécia compensava sua perda de produtividade com uma taxa de câmbio desvalorizada, mantendo certo nível de exportação. Como isso não é mais possível na zona do euro, era extremamente necessária a realização de reformas estruturais para o aumento da produtividade do trabalhador grego, puxando para cima as exportações e diminuindo os desequilíbrios na conta corrente. De acordo com Flassbeck, para que a Grécia venha reverter essa situação terá que cortar imediatamente salários não apenas no setor público, mas também no setor privado.

Nicolaus Heinen, analista de políticas europeias no *Deutsche Bank*, aponta que “As diferenças na competitividade estão se tornando um problema crescente na zona do euro.” (Jornal Valor Econômico, 2010) De acordo com o analista, os déficits de vários países não estão relacionados apenas à queda na receita em virtude da crise econômica ou pelo aumento expressivo das despesas, mas está diretamente relacionado ao crescimento reduzido desses países por causa da falta de competitividade.

Essa crise ligada às políticas fiscais dos países membros da União Monetária Europeia já estava prevista nos acordos firmados entre as partes desde sua formação. De acordo com o Tratado de Maastricht (1992), os países europeus deveriam seguir padrões de política fiscal tais como: déficit orçamentário de no máximo 3% do PIB, dívida pública

¹ O Tratado de Maastricht (1992) estabeleceu os principais critérios de participação para a integração monetária europeia. Dentre eles, a fixação da taxa de câmbio, controles inflacionários e da taxa de juros.

máxima de 60% do PIB, inflação anual de no máximo 1,5% acima da média dos três países com menor inflação, com o objetivo de evitar crises na zona do euro. Foi acordado ainda o “Pacto de Estabilidade” que tem a finalidade de manter esse padrão na política econômica dos membros da União Monetária Européia. (NUNES e NUNES, 2000) Sendo assim, as autoridades econômicas da União Européia concordaram em realizar uma vigilância mais efetiva sobre as contas públicas da Grécia, com a finalidade de reequilibrar os gastos do governo, fazendo valer os acordos previamente estabelecidos.

Em suma, essa crise dos *Piigs* começa a revelar um problema estrutural do euro: o desequilíbrio entre a centralização da política monetária (no Banco Central Europeu) e os instrumentos de política econômica (política fiscal, política de salários, etc.) no nível nacional, ou seja, existe uma união monetária que não está sendo aliada a uma união política, onde esta falta de coordenação pode colocar a zona do euro em uma área perigosa e insustentável.

de Fevereiro de 2010.

NUNES, Ricardo da Costa; NUNES, Selene Peres P. **União Monetária Européia - UME: Evolução recente e perspectivas.** Revista de Economia Política, vol. 20, nº 1 (77), Janeiro-Março/2000.

Ver Também:

09-05-2007: [A União Européia completa cinquenta anos](#)

11-07-2007: [A unificação monetária européia](#)

17-06-2005: [A União Européia: histórico](#)

Palavras Chave:

Grécia, dívida pública, zona do euro, União Européia.

Referência

DIEESE. **Dez perguntas e respostas para entender a dívida pública brasileira.** Nota técnica, número 14. Fevereiro de 2006.

GONZALEZ, Lauro. **Mercado de capitais e dívida pública: tributação, indexação, alongamento.** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 3, 2007.

MOREIRA, Assis. **Jornal Valor Econômico**, 2010, ano 10, número 487. 19

COP-15 e a tentativa de conter os impactos climáticos

Análise
Desenvolvimento
Jéssica Silva Fernandes
9 de Março de 2010

A fim de amenizar os impactos climáticos, na Conferência de Copenhague buscou-se discutir propostas para conter as agressões ambientais. Reunindo mais de 190 países, no final de 2009 o tema foi colocado em pauta, porém sem que se alcançasse um consenso final.

Em dezembro de 2009 ocorreu a 15ª Conferência das Partes, COP 15, em Copenhague, na Dinamarca. O encontro reitera o fato de que questões ambientais se tornam cada vez mais relevantes nas discussões políticas entre os países.

No contexto atual de indústria crescente e, alta produtividade, observa-se uma realidade econômica evidenciada por um aumento na produção, elevação no consumo, maior oferta de empregos e como consequência disso uma acentuada depreciação do ambiente. Sob esse propósito, na capital dinamarquesa medidas foram discutidas para reduzir a emissão de gases acentuadores do efeito estufa¹, responsáveis pelo superaquecimento do planeta.

No que tange à elevação da temperatura global, destaca-se a Revolução Industrial, fenômeno histórico que possibilitou inúmeros avanços tecnológicos, embora tenha elevado os índices na queima de combustíveis fósseis e a liberação de resíduos ofensivos ao ambiente.

Diante desses impactos causados pela modernidade e pela ação humana,

políticas climáticas se fazem necessárias para aliar o desenvolvimento à conservação.

A COP- 15

Na reunião, americanos e os chamados países BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), defenderam ações para limitar o aumento da temperatura a 2º C, sem prever metas para países desenvolvidos.² A expectativa era desenvolver um novo tratado climático de alcance global que pudesse substituir o Protocolo de Kyoto.

De acordo com Sérgio Serra, embaixador extraordinário para mudança climática do Itamaraty, o que foi feito na reunião se baseou na tentativa de desbloquear a questão chamada pelos negociantes do assunto de MRV ("mensurável, reportável e verificável"), que estaria comprometendo o entendimento nas discussões.³

Durante o evento, representantes dos países presentes na cúpula discutiram acerca de três pontos principais.

O primeiro, e de grande relevância, diz

² <http://www.cop15brasil.gov.br>

³A sigla se refere às políticas que serão adotadas, e aos resultados que serão obtidos. Os EUA caracterizam como transparência, ou seja a adoção de resultados "mensuráveis, reportáveis e verificáveis"- MRV no jargão dos negociadores.

<http://www.bbc.co.uk>

¹ Dentre outras formas de agressão ambiental o presente texto irá abordar a questão política da elevação da temperatura global, causada pela emissão de gases estufa.

respeito ao financiamento de recursos que serão destinados aos países em desenvolvimento. Com base na convenção quadro para Mudanças Climáticas, as emissões de países em desenvolvimento ainda são relativamente baixas quando comparadas às de países desenvolvidos, não obstante a parcela das emissões globais originárias de países emergentes deverá crescer para que eles possam satisfazer suas necessidades sociais e de desenvolvimento.⁴

Visando propiciar condições adequadas para que países em desenvolvimento possam se comprometer com as políticas climáticas, a secretária de Estado norte americana Hillary Clinton anunciou que apoiará um fundo de financiamento de longo prazo de US\$10 bilhões por ano. Ademais, o FMI recentemente anunciou que criará um Fundo Verde, estimado em US\$ 100 bilhões até 2020, e países do G20 já estariam sendo convidados pela ONU a considerarem propostas para um *New Deal Verde*⁵.

O *segundo aspecto* inclui a redução na emissão de poluentes para os países desenvolvidos, explicada pelo fato de que a maior parcela das emissões globais, históricas e atuais, de gases de efeito estufa é originária desses países. Baseado nessa premissa, o Painel Intergovernamental para Mudanças climáticas, IPCC⁶, propõe que países industrializados cortem as emissões de dióxido de Carbono à atmosfera entre 25% a 40% até 2020 – enquanto países em desenvolvimento devem restringir suas emissões entre 15% e 30%.

No entanto, as medidas sugeridas causam impactos às nações presentes, pois a redução na emissão de poluentes pode implicar a redução da produção invertendo a lógica de desenvolvimento

econômico atual. Dessa forma os impactos das medidas poderiam ser entendidos como contração da produção e redução de empregos a fim de alcançar os objetivos propostos pelas políticas ambientais. Como exemplo disso, é possível citar a nação estadunidense que, embora tenha defendido a importância de formular políticas climáticas, não ofereceu novos compromissos para cortar as emissões.

O *terceiro aspecto* refere-se às obrigações para os países em desenvolvimento. Nesse ponto seriam discutidas as metas obrigatórias que países emergentes deveriam cumprir. Com a consciência da dimensão da importância climática, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu em Copenhague à reduzir de forma voluntária entre 36% e 39% das emissões dióxido de carbono até 2020, e por esse posicionamento, o Brasil foi considerado durante o evento como o país que apresentou a melhor proposta⁷.

Entretanto, nem todos os países classificados como países em desenvolvimento aceitaram as propostas sugeridas. A China, por exemplo, temendo contrações na economia não assumiu um compromisso formal. Representantes chineses argumentam que ao transferir as obrigações de políticas ambientais para países emergentes os estadunidenses estariam fugindo da responsabilidade. Diante disso, países como Brasil e China insistem que as ações de combate às emissões não devem interferir na soberania dos países.

É importante destacar ainda que o protocolo das Nações Unidas aceita apenas decisões unânimes. Assim, caso um país não se mostre disposto a aderir ao acordo, ele pode não ser implementado, como ocorreu em dezembro de 2009 na

⁴ http://www.onu-brasil.org.br/doc_clima.php

⁵ http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_422060.shtml

⁶ IPCC da sigla em inglês: Intergovernmental Panel on Climate Change

⁷ O governo brasileiro propôs também: diminuir o desmatamento no cerrado; a utilizar carvão vegetal para substituir o carvão mineral atualmente usado no setor siderúrgico; e diminuir a emissão de gases de efeito estufa.

Fonte: <http://www.cop15brasil.gov.br/>

capital dinamarquesa. Devido à ausência de consenso entre esses países, alguns analistas afirmam que a COP -15 não atingiu o resultado esperado, pois as políticas não puderam ser formalizadas.

Para o Professor titular de Relações Internacionais da Unb Eduardo Viola, a alternativa seria que os Estados Unidos se tornassem os promotores da economia de baixo carbono⁸, uma vez que esse assume um importante papel político e econômico nas questões mundiais e principalmente pelo fato de ser grande emissor de CO₂ em virtude da sua alta produção.

Ademais, tendo em vista a degradação de um bem natural e indivisível, como o ar, todos os Estados desenvolvidos ou emergentes deveriam ser estimulados à cooperação. Para Garret Hardin (1968), “o único meio de evitar a tragédia seria aceitar a coerção mútua”⁹, ou seja, no contexto da COP- 15 representaria o fato de todos os países, de forma generalizada, por meio de incentivos ou punições, aderirem às propostas climáticas.

Porém, como tal objetivo não foi alcançado em Copenhague, o que se espera, portanto, é que até novembro de 2010, data na qual ocorrerá a COP- 16 em Cancun no México, novas medidas sejam propostas para amenizar os efeitos causados pelas ações antrópicas.

Referência

Hardin, Garret- The tragedy of the commons- Revista Science 13 December 1968: Vol. 162. no. 3859, pp. 1243 - 1248
DOI: [10.1126/science.162.3859.1243](https://doi.org/10.1126/science.162.3859.1243)

Disponível em:
<http://www.sciencemag.org/cgi/content/full/162/3859/1243?maxtoshow=&HITS=10&hits=10&RESULTFORMAT=&fulltext=the+tragedy+of+commons&searchid=1&FIRSTINDEX=0&resourcetype=HWCIT>

OLIVEIRA, Henrique Altemani de;

⁸ Para saber como funciona o mercado de carbono acesse:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2009/12/091209carbon.trade.shtml>

⁹ Hardin, Garret- Tragedy of the Commons
Hardin biólogo americano

LESSA, Antônio Carlos (Orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006 p11à 14

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Blog do Planalto

<http://www.cop15brasil.gov.br/>

Centro Regional de Informações das Nações Unidas

<http://www.unric.org/pt/alteracoes-climaticas/>

Estado de São Paulo

<http://www.estadao.com.br>

Folha On-line

<http://www.folha.uol.com.br/>

G1 - Portal de Notícias da Globo

<http://g1.globo.com/>

IPCC

<http://www.ipcc.ch/>

OGlobo

<http://oglobo.globo.com>

Portal Ecodebate

<http://www.ecodebate.com.br/>

Preserva ambiental

<http://www.preservaambiental.com.br/artigos/materias/tracomuns-MA.htm>

Ver Também:

31/10/2007: [Al Gore e IPCC ganham prêmio Nobel da Paz](#)

20/10/2005: [China, energia e meio ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)

Palavras-chave: COP- 15, mudanças climáticas, políticas ambientais

O processo e as adversidades da internacionalização de empresas

Análise
Desenvolvimento
Larissa Rabelo
9 de março de 2010

O processo de internacionalização de empresas é um processo antigo que se destaca frente as conseqüências advindas da globalização. A internacionalização de empresas, embora comum e contínua na trajetória de grandes companhias, enfrenta barreiras no desenrolar do desenvolvimento do seu processo que podem ser exemplificadas pelas diferenças culturais presentes entre países.

O processo de internacionalização de empresas não é um fenômeno recente, todavia, é um processo que ganha estímulo devido às transformações sistêmicas oriundas da globalização. As crescentes transformações sistêmicas entendidas: pelos avanços tecnológicos, pelas simultâneas transações comerciais e financeiras, pela ampliação do número de atores e do volume de interações no sistema internacional, levaram à conformação de um novo quadro operacional mundial. Este novo quadro resultou na formação de redes que superam relações formalmente limitadas e envolvem indivíduos, associações e diversos atores estatais e privados.

O advento da globalização é responsável pela criação de múltiplos canais que conectam sociedades, por meio de interações formais ou informais que compreendem a participação de um grande número de organizações e instituições não controladas inteiramente pelo governo. Corporações, bancos e uniões comerciais agem de forma a otimizar os seus interesses particulares e, com isso, tomam decisões que transcendem os limites nacionais. Estes atores, algumas vezes, se posicionam de forma relevante no sistema internacional e acabam por influenciar, de alguma

maneira, as políticas internas dos Estados e a projeção dos mesmos no cenário mundial. Assim sendo, a influência da atuação de grupos de interesse na formulação da política externa do país pode ser exemplificada pelo setor empresarial. No caso do Brasil, por exemplo, a criação da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), em 1996, retrata a perspectiva influenciadora de atores não estatais na projeção internacional brasileira. A CEB nasceu devido à necessidade de maior participação e influência na definição das estratégias brasileiras no contexto da inserção do Brasil internacionalmente.

A importância dada à atuação de novos atores não-estatais na dinâmica internacional pode ser entendida como um fator relevante para o desenvolvimento do processo de internacionalização de empresas, a partir da concessão por parte do governo através de subsídios e incentivos fiscais, à pressão realizada pelos grupos de interesse empresarial. A internacionalização pode ser entendida como sendo uma atuação crescente e contínua de envolvimento de uma empresa nas operações com outros países fora de sua base de origem. Entende-se ainda a internacionalização como um tipo especial de estratégia

empresarial que se baseia na evolução da capacidade de exportação, na busca de competitividade tecnológica, na formação de parcerias e na tentativa de uma maior exposição internacional da empresa. A decisão das empresas pelo processo de internacionalização pode ser justificada também a partir da preocupação das empresas em se situar, fortalecer e ampliar a sua influência em mercados estratégicos. Empresas optam pela internacionalização como forma de ganhar experiência operacional e gerencial; adquirir tecnologia; aproximar-se do cliente e das fontes de recursos financeiros; suprir matéria prima; superar barreiras protecionistas; e, antecipar-se às práticas de concorrência.

De maneira geral, empresas envolvidas na internacionalização levam consigo semelhanças específicas que podem ser compreendidas pela cultura da organização e pelo perfil de liderança apresentados por elas. Via de regra, empresas que utilizam o mercado externo como forma de desenvolvimento e crescimento produtivo em suas respectivas áreas apresentam: uma cultura interna expressa em valores, filosofias e métodos de trabalho; uma busca contínua pela excelência e; uma política de recursos humanos moderna. Estas empresas tendem ainda a valorizar a inovação, a aceitar e superar desafios e a perseguir uma posição de destaque e consolidação de seu posicionamento em seu segmento de mercado.

O processo de internacionalização de empresas, embora seja algo que contribua positivamente para o desenvolvimento de uma companhia, implica desafios a exemplo das barreiras culturais. Cada país receptor de uma nova empresa tende a oferecer, além de benefícios comerciais e econômicos, suas particularidades culturais. Estas particularidades podem culminar em empecilhos no processo da internacionalização de empresas, que demandam análises precisas sobre a forma mais adequada para administrar as

prováveis adversidades. Assim, barreiras culturais quando colocadas de maneira interveniente no processo de internacionalização, são respondidas por meio de modelos gerenciais sendo caracterizados em duas perspectivas: a de recusa e a de assimilação das empresas ao contexto em que ela se insere. Na primeira perspectiva, a forma de gerenciamento é conhecida como minimização e leva em conta o fato de se ignorar as considerações da cultura local de forma a sobressair à cultura corporativa. Já a segunda, conhecida como aceitação, resulta no fato de que empresas uma vez instaladas em países que não sejam o seu de origem, devem assimilar a cultura local à cultura corporativa. (SCHNEIDER & ARRUDA, Carlos Alberto, 1996)

Empresas que estendem a sua atuação para além de suas fronteiras nacionais devem ser flexíveis às demarcações culturais dos países destinatários, uma vez que elas estão dispostas a ingressar em um mercado de um país culturalmente e socialmente diferente de seu lugar de origem. Para tanto, é necessário que haja ajustes na cultura organizacional da empresa de forma a integrar a cultura empresarial corporativa à cultura local do país. Tal ajuste pode ser explicado devido a funcionários e clientes da empresa terem a necessidade de estabelecer uma similaridade e uma identificação com a companhia onde trabalham e freqüentam.

Apesar da lógica inserida na internacionalização de grandes companhias estar pautada na relação custo/benefício, na conta dos dispêndios da mobilização de capital, da construção de uma nova filial em outro país, deve se levar em conta ainda as dificuldades em se “construir” uma nova cultura organizacional. Assim, tendo em conta o impacto da internacionalização nas diretrizes da cultura organizacional da empresa pela assimilação das novas adaptações culturais, é necessário levar em consideração os custos do deslocamento de uma companhia para um

país que se diverge amplamente dos valores e conceitos culturais da empresa local.

Referência

Bibliografias:

BRASIL Haroldo. Internacionalização e globalização. Internacionalização de empresas brasileiras/Fundação Dom Cabral. -Rio de Janeiro: Qualitymark Ed. 1996.

GOULART Linda; BRASIL Haroldo; ARRUDA Carlos, 1996. **A internacionalização de empresas brasileiras: motivações e alternativas.** Internacionalização de empresas brasileiras/Fundação Dom Cabral. -Rio de Janeiro: Qualitymark Ed. 1996.

SCHNEIDER Susan; ARRUDA, Carlos Alberto, 1996. **Gerenciando através de culturas.** Internacionalização de empresas brasileiras/Fundação Dom Cabral. -Rio de Janeiro: Qualitymark Ed. 1996.

Sites:

Confederação Nacional da Indústria

<http://www.cni.org.br>

Palavras Chave: Larissa Rabelo, Internacionalização de empresas, barreiras culturais.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Celso Augusto de Freitas Filho; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>